



A defesa de uma teologia da libertação indecente/queer territorializada: reflexões das margens

The defence of an indecent/queer territorialised liberation theology: reflections from the margins

Camilo Hernan Manchola Castillo¹

Resumo: As estruturas coloniais geralmente, através da religião, procuram minar, envergonhar e, em última instância, matar a diversidade de corpos e terras (além dos territórios) para escravizar e negar a existência de todas aquelas pessoas que escapam ao seu controle. Esse artigo explora e aborda questões relacionadas com as potencialidades que uma teologia indecente/queer da libertação enraizada na noção de territorialização pode oferecer para desafiar estruturas coloniais opressivas em cerimônias e rituais. Numa polifonia de vozes, incluindo diálogos entre a teóloga da libertação Marcella Althaus-Reid e o sociólogo Frantz Fanon, compartilho algumas ideias sobre as questões acima mencionadas. O objetivo é contribuir para a construção de discursos que desafiem estruturas coloniais opressivas em cerimônias e rituais.

Palavras-chave: Descolonialidade. Feminismo. Sagrado. Gay.

Abstract: Colonial structures generally, through religion, seek to undermine, shame and, ultimately, kill the diversity of bodies and lands (and territories) to enslave and deny the existence of all those people who escape its control. This article explores and addresses issues related to the potential that an indecent/queer liberation theology rooted in the notion of territorialization can offer to challenge oppressive colonial structures in ceremonies and rituals. In a polyphony of voices, including dialogues between liberation theologian Marcella Althaus-Reid and sociologist Frantz Fanon, I will share some insights into the aforementioned issues. The ultimate aim is to contribute to the construction of discourses that challenge oppressive colonial structures in ceremonies and rituals.

Keywords: Decoloniality. Feminism. Sacred. Gay.

¹ Doutor em Bioética pela Cátedra UNESCO de Bioética da UnB com estágio pós-doutoral na mesma instituição. Mestre em Educação. Profissional em Relações Internacionais e Estudos Políticos. Graduando em Teologia na Faculdade Unida de Vitória. Membro do Grupo de Trabalho em Teologia Queer do Council for World Mission e da Redbioética UNESCO. Professor e pesquisador. E-mail: camilomanchola@gmail.com



Introdução

O território é sempre ambiente de disputa porque é nele que se formam e se definem identidades (e relações de poder). Por causa disso, as estruturas coloniais geralmente começam por procurar, através da religião, minar, envergonhar e, em última instância, matar os corpos e terras (e territórios) para escravizar e negar a existência de todas aquelas pessoas que escapam ao seu controle. Por este ser um ponto chave das estruturas de dominação, ele pode também ser o cerne da libertação, no sentido de dar ferramentas para que as pessoas imaginem maneiras de ter vidas afastadas do controle de seus corpos e realidades.

Nesse sentido, o presente artigo, que é fruto de uma pesquisa mais extensa, será conduzido a partir da experiência de um estudante de graduação em Teologia cuja existência é dissidente e vive à margem, entre dois países do Sul Global: Brasil e Colômbia, ambos fortemente afetados por uma necropolítica apoiada por líderes religiosos.

Serão exploradas e abordadas questões relacionadas com as potencialidades que uma teologia indecente/queer da libertação, enraizada na noção de territorialização, pode oferecer para desafiar estruturas coloniais opressivas em cerimônias e rituais. Numa polifonia de vozes, incluindo diálogos entre a teóloga da libertação Marcella Althaus-Reid e o sociólogo Frantz Fanon, serão compartilhadas algumas ideias sobre as questões acima mencionadas. O fim último é contribuir à construção de discursos que desafiem estruturas coloniais opressivas.

Meu ponto de partida é um exemplo específico do contexto religioso recente na América Latina. Utilizarei tal exemplo para descrever estratégias de opressão utilizadas no contexto cristão. Logo depois, descreverei as categorias teóricas propostas pela teóloga da libertação Marcella Althaus-Reid ("corpo sagrado", "geografia da santidade", e "geografia sexual") e o sociólogo Frantz Fanon ("território como dignidade", "condenados da terra" e "corpo colonial"). Imediatamente após, proporei um diálogo entre Marcella Althaus-Reid e Frantz Fanon no intuito de obter subsídios para pensar os desafios e possibilidades de uma teologia indecente/queer da libertação territorializada.

Ponto de partida: um contexto cristão marcado por opressões



Em 2023, André Valadão, um pastor e líder evangélico, atualmente ligado à tradição da Igreja Batista da Lagoinha no Brasil, fortemente apoiado por lideranças políticas do país, compartilhou um sermão nas redes sociais chamado “Valores Cristãos”. Nesse sermão, ele não apenas condenou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas incitou a agredir, ferir, ofender e causar danos físicos e emocionais às pessoas LGBTQIA+². Nas palavras dele:

aquela porta [o casamento gay] se abriu quando tratamos como normal o que a Bíblia já condena. Então agora é hora de retomar o controle, dizendo não, não, não. Você pode parar, reiniciar. E Deus diz: não posso mais. Já coloquei aquele arco-íris aí. Se eu pudesse, mataria todo mundo e começaria tudo de novo. Mas, eu prometi a mim mesmo que não posso, então depende de você. Vamos subir. Quanto a mim e à minha casa serviremos ao Senhor" (G1 GLOBO, 2023, s.p – grifos próprios).

O caso foi analisado pela Justiça Federal de Minas Gerais, que determinou, em 11 de julho de 2023, que dois vídeos de André Valadão fossem imediatamente retirados de circulação por trazerem conteúdos que incitavam não só a discriminação, mas sobretudo a violência física contra a população LGBTQIA+. Além disso, o pastor foi condenado a pagar 5 milhões de reais por danos morais coletivos, em decisão motivada por uma ação do Ministério Público Federal (MPF).

Esse exemplo é significativo porque representa uma amostra da opressão que alguns líderes religiosos e políticos podem produzir (e frequentemente produzem) contra as pessoas LGBTQIA+. No campo religioso latino-americano, discursos como o que foi proferido pelo pastor André Valadão contribuem, estimulam e autorizam a manutenção de uma cultura homofóbica em um contexto em que se identificam altos índices de crimes de ódio, violência e assassinato contra essa população³. Estes, por sua vez, acontecem através de vários meios. Neste artigo, selecionei cinco estratégias mais comuns, com a finalidade de desenvolver uma reflexão sobre seus efeitos mais gerais.

² “Pastor André Valadão diz em culto que, se pudesse, 'Deus mataria' a população LGBTQIA+ e fala para fiéis 'irem para cima'”. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/03/pastor-andre-valadao-diz-em-culto-que-se-pudesse-deus-mataria-a-populacao-lgbt-e-fala-para-fieis-irem-para-cima-da-comunidade.ghtml> >. Acesso em 08, abr., 2024.

³ “Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml>. Acesso em 16, abr., 2024.



Um dos meios é pregar o ódio e a discriminação entre a comunidade cristã, através do uso autoritário e restritivo de símbolos e linguagens comuns a ela. É o que fazem alguns líderes que utilizam as suas plataformas para pregar o ódio, a intolerância e a discriminação contra indivíduos LGBTQIA+.

Quando usam de sua influência para denunciar ou demonizar a homossexualidade como algo profundamente negativo, geralmente “responsável pela destruição da família e dos bons costumes”, podem contribuir para um ambiente que legitima e promove a violência ou a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ aos olhos dos seus seguidores e seguidoras. Reflexões e elaborações teóricas elencadas por pesquisadores como Renan Quinalha (2017, p. 63) e André Musskopf (2005, p. 7) trazem elementos muito pertinentes nesse sentido.

Uma segunda estratégia é a de usar interpretações tendenciosas de textos religiosos. Algumas lideranças usam sua autoridade teológica (questionável, mas amplamente reconhecida e legitimada por seguidores e outras partes interessadas) para interpretar seletivamente textos religiosos de uma forma que apoie ou justifique a violência contra pessoas LGBTQIA+. Isto pode envolver retirar passagens do contexto, promover interpretações literais descontextualizadas culturalmente e que condenam a homossexualidade ou, ainda, ignorar a mensagem mais ampla de amor, compaixão e aceitação dentro dos ensinamentos religiosos, em prol de valorizar mensagens de ódio, guerra, pânico e autoridade.

Ainda, é interessante pensar que uma "interpretação literal" de condenação nem sempre corresponde a uma interpretação literal propriamente dita. É o que tem acontecido frequentemente com os chamados “textos de terror”, como Sodoma e Gomorra, amplamente utilizados para justificar discriminação dentro e fora dos ambientes eclesiais. Sobre isso, André Musskopf pontua que:

[...] alguns textos – especialmente os “textos de terror” – foram lidos e interpretados como condenação à homossexualidade e a toda e qualquer expressão de gênero e sexualidade que não se encaixe no padrão determinado. E foi assim que a narrativa conhecida como “a destruição de Sodoma e Gomorra” passou a ser usada para condenar práticas sexuais entre homens, e “sodomitas”, que antes era apenas um designativo de quem havia nascido ou morado em Sodoma, passou, no século XII, a ser um designativo para tais homens. Mais curioso ainda é que esse termo – sodomita – tenha sido substituído por alguns, a partir do século XIX, pelo termo médico “homossexual” como sinônimo, ignorando as especificidades e compreensões implicadas



em cada um desses termos, e siga sendo repetida, inclusive em traduções tendenciosas de textos bíblicos na atualidade. De qualquer forma, essa [...] fantasia realmente perversa [...] segue povoando o imaginário fantasioso de muitas pessoas sobre qualquer forma alternativa de construção de gênero e vivência da sexualidade [...]. [...] Uma leitura rasa e simples deveria ser suficiente para entender o que de fato está em questão nessa narrativa (Musskopf, 2021, s.p – grifos próprios).

Apesar desta utilização de textos bíblicos ser uma estratégia bastante perversa, há ainda uma outra, que teve seu uso bastante difundido no final do último século. Trata-se das terapias de conversão, que foram encorajadas por muitas lideranças cristãs como possível “cura gay”, que prometia uma “reparação” ou “recuperação” cujo objetivo era explicitamente mudar a orientação sexual ou a identidade de gênero de uma pessoa que não estivesse de acordo com os padrões (cis-hétero) normativos de sua comunidade.

Detalhes sobre a manutenção dessas terapias e seus efeitos a curto, médio e longo prazo foram abertamente discutidos em produções recentes, como por exemplo no documentário "Pray Away", lançado em 2021 e disponível em plataformas de streaming⁴. Atualmente, estas terapias têm sido descreditadas e comprovações científicas atestam danos significativos causados por elas, o que levou (e ainda tem levado) a sofrimento psicológico, reforçando o estigma e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+.

Uma outra estratégia adicional é a promoção de práticas de exclusão, através da proibição do sacerdócio e/ou da atuação leiga no âmbito das iniciativas da comunidade; ou, ainda, da perseguição sistemática dentro e fora da Igreja. Alguns líderes religiosos ou instituições que excluem ou marginalizam ativamente indivíduos LGBTQIA+ podem contribuir para uma cultura de discriminação e violência, o que inclui a negação do acesso a serviços religiosos, sacramentos ou posições de liderança com base na orientação sexual ou identidade de gênero.

Em Talar Rosa, André Musskopf (2004) coletou depoimentos de homens gays que foram sistematicamente excluídos do ambiente eclesial e teológico na década de 1990 e começo dos anos 2000, a fim de refletir sobre os impactos negativos em termos

⁴ "Pray Away". Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81040370>>. Acesso em 16, abr, 2024.



religiosos, políticos, econômicos, sociais e sexuais que esse tipo de estratégia pode acarretar.

Por último, uma quinta estratégia é a utilização do silêncio e a inação. Alguns líderes religiosos que permanecem silenciosos ou indiferentes face à violência ou discriminação contra indivíduos LGBTQIA+ contribuem indiretamente para o problema. Ao não condenarem atos de violência ou desafiarem práticas discriminatórias, permitem que atitudes e comportamentos prejudiciais persistam nas suas comunidades.

Essa é uma reflexão que teólogas feministas como Ivone Gebara (2000, p.203) e Nancy Cardoso (2003, p. 17) têm feito. Para elas, o silêncio é uma forma cruel de punição e segregação, cujo impacto é garantir a manutenção de uma pedagogia da invisibilidade que impede, de um lado, que as vozes daquelas e daqueles que são vítimas desse sistema sejam ouvidas pelas instituições e pela comunidade, e, por outro, permite que as vozes do poder hegemônico continuem perpetuando estigma, segregação e violência contra essas pessoas (Gebara, 2000; Cardoso, 2003).

É importante notar que as estratégias aqui elencadas não são representativas de todos os líderes religiosos ou comunidades religiosas. É bem verdade que existem muitos que defendem a aceitação, a inclusão e o respeito pelos indivíduos LGBTQIA+, gordos e “dissidentes do corpo”, e trabalham ativamente para criar espaços afirmativos e seguros dentro das suas tradições religiosas. No entanto, é crucial reconhecer que as ações e crenças prejudiciais perpetuadas por uma parcela significativa de lideranças que têm visibilidade e autoridade diante de uma comunidade religiosa podem contribuir para a violência e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+.

A teologia da libertação de Marcella Althaus-Reid: de Rubem Alves e Gutiérrez Merino até a teologia da libertação indecente/queer

A teologia da libertação, articulada por teólogos como Rubem Alves e Gustavo Gutiérrez Merino, é uma perspectiva teológica que surgiu no final do século XX, principalmente a partir da América Latina. Desde suas primeiras elaborações, é uma teologia comprometida a refletir, questionar e denunciar as injustiças sociais, econômicas e políticas, particularmente no contexto da pobreza e da opressão.



Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano, é frequentemente considerado uma das figuras-chave no desenvolvimento da teologia da libertação. Na sua influente obra, “Uma Teologia da Libertação”, Gutiérrez (1971, p. 13) argumenta que a teologia não deve preocupar-se apenas com questões espirituais, mas também deve envolver-se com as realidades concretas do sofrimento humano, da pobreza e da injustiça social.

Ele enfatiza o conceito de “opção preferencial pelos pobres”, afirmando que Deus tem uma preocupação especial pelos marginalizados e oprimidos, o que se mostra verdade do ponto de vista da práxis histórica de Jesus de Nazaré. Portanto, os cristãos devem aliar-se com os pobres na sua luta pela justiça e pela libertação.

Já Rubem Alves (1999, p. 24), teólogo, filósofo e educador brasileiro, contribuiu para a teologia da libertação com foco nos aspectos contextuais e experienciais da fé. Alves enfatiza a importância da teologia contextual, reconhecendo que a teologia deve estar enraizada no contexto social e cultural específico de uma comunidade. Ele critica as abordagens teológicas tradicionais que negligenciam as condições materiais e sociais da vida das pessoas.

O escritor incentiva uma teologia que seja sensível às lutas dos oprimidos e forneça uma estrutura para a transformação social. Assim, a teologia da libertação destaca, dos seus inícios, a necessidade de uma abordagem das realidades socioeconômicas e políticas dos pobres e dos oprimidos. Enfatiza-se o envolvimento ativo dos cristãos na promoção da justiça, da igualdade e da libertação face às injustiças sistêmicas.

Embora as questões de gênero e sexualidade começassem a ser tratadas já na teologia da libertação, isso foi feito ainda de forma restritiva. Seria sobretudo com o desenvolvimento das Teologias Feministas (Rojas Salazar, 2020, p. 47), especialmente da Teologia Feminista da Libertação e, posteriormente, das Teologias Queer, que gênero e sexualidade se tornariam categorias centrais de debate e reflexão categórica na teologia da libertação (Córdova Quero, 2020, p. 101).

Marcella Althaus-Reid, teóloga feminista nascida na Argentina, é um dos nomes mais representativos dessa mudança de paradigma. Ainda que a teóloga tenha seu trabalho frequentemente associado à teologia da libertação, possui uma ênfase distinta nas perspectivas feministas e queer. O seu envolvimento com a teologia da libertação é notável por desafiar as normas teológicas tradicionais e explorar questões de gênero,



sexualidade e poder no contexto da teologia da libertação, sobretudo a partir de perspectivas de diversidade sexual e de gênero.

Os pontos-chave que conectam Marcella Althaus-Reid à teologia da libertação incluem pelo menos quatro: primeiro, o engajamento crítico, pois Althaus-Reid envolveu-se criticamente com os princípios da teologia da libertação, particularmente com o seu foco na abordagem das injustiças sociais e na opção preferencial pelos pobres.

Ela expandiu o discurso da teologia da libertação integrando perspectivas feministas e queer (Isherwood, 2021, p. 100), chamando a atenção para a interseccionalidade da opressão. Segundo, a teologia feminista - uma vez que Althaus-Reid foi uma figura significativa no desenvolvimento da teologia feminista, desafiando as estruturas patriarcais tanto na sociedade como na igreja. O seu trabalho procurou frequentemente articular como a dinâmica de gênero se cruza com questões de pobreza, desigualdade e libertação.

Por terceiro, a teologia queer, pois as contribuições de Althaus-Reid estenderam-se à teologia queer, explorando as experiências e preocupações dos indivíduos LGBTQ+ no âmbito teológico. Questionou pressupostos heteronormativos e procurou criar um espaço para a inclusão e afirmação de diversas identidades sexuais no contexto da teologia da libertação. Finalmente, em quarto lugar, a teologia contextual, pois semelhante à teologia da libertação, Althaus-Reid enfatizou a importância da teologia contextual, reconhecendo as realidades socioculturais específicas das diferentes comunidades. Ela defendeu uma teologia que responda às experiências vividas por grupos marginalizados, incluindo mulheres e indivíduos LGBTQ+.

Assim, embora Marcella Althaus-Reid tenha se envolvido com a teologia da libertação, o seu trabalho representa um passo além de alguns dos seus aspectos tradicionais. As suas contribuições foram fundamentais para ampliar o diálogo teológico para incluir perspectivas feministas e queer, tornando a teologia mais inclusiva e receptiva às diversas experiências de grupos oprimidos e marginalizados.

Para efeitos deste artigo, serão apresentadas três categorias propostas por Althaus-Reid: "corpo sagrado", "geografia da santidade", e "geografia sexual". Todas elas, como o trabalho inteiro de Althaus-Reid, desafiam frequentemente os quadros teológicos e éticos tradicionais, e são consideradas provocativas e não convencionais no



contexto da teologia dominante. No final, elas buscam criar espaço para vozes e experiências marginalizadas dentro do discurso teológico.

Quanto ao corpo sagrado, Althaus-Reid usa esse termo para desafiar a compreensão convencional do corpo dentro da teologia cristã. Ela procura afirmar a sacralidade e a santidade do corpo humano, especialmente no contexto da sexualidade e do desejo. Althaus-Reid argumenta contra a tendência histórica do pensamento cristão de ver o corpo, especialmente os aspectos sexuais, como inerentemente pecaminoso ou problemático. O conceito de corpo sagrado convida a reconsiderar as intersecções entre espiritualidade, corporeidade e sexualidade. Como a própria Marcella sustenta:

claiming our right to limbo means to claim our right to Queer holy lives and innocence and by doing that we end up destabilising many powers and principalities by simply refusing to acknowledge their authority in our lives (Althaus-Reid, 2003, p. 166)⁵.

Sobre a noção de “geografia da santidade”, ela envolve uma reimaginação do espaço sagrado para além das fronteiras religiosas tradicionais. Ela desafia a ideia de que a santidade está confinada a instituições ou espaços religiosos específicos e propõe uma compreensão mais ampla da sacralidade que abrange várias experiências vividas, especialmente aquelas de indivíduos marginalizados e oprimidos. O conceito incentiva um envolvimento teológico com os espaços diversos e muitas vezes não convencionais onde as pessoas experimentam e expressam a sua espiritualidade. Althaus-Reid explica:

What we need is to rethink the geography of holiness which the expansion of capitalism has scrambled and sent back to colonial moods. In a materialist Queer reflection on holiness, where affective and economic relationships matter, holiness is spatial and its locations can be subverted or re-distributed in history (Althaus-Reid, 2003, p. 164)⁶.

Finalmente, a respeito de "geografia sexual", a autora se refere ao mapeamento de experiências e identidades sexuais no contexto da teologia e das estruturas sociais.

⁵ Tradução livre: "reivindicar nosso direito ao limbo significa reivindicar nosso direito a vidas santas e à inocência queer e, ao fazer isso, acabaemos desestabilizando muitos poderes e principados, simplesmente nos recusando a reconhecer sua autoridade em nossas vidas" (Althaus-Reid, 2003, p. 166).

⁶ Tradução livre: "O que precisamos é repensar a geografia da santidade que a expansão do capitalismo embaralhou e enviou de volta aos humores coloniais. Em uma reflexão Queer materialista sobre a santidade, onde relacionamentos afetivos e econômicos importam, a santidade é espacial e suas localizações podem ser subvertidas ou redistribuídas na história" (Althaus-Reid, 2003, p. 164).



Althaus-Reid explora como a sexualidade é situada e compreendida em diferentes contextos culturais, religiosos e sociais. Ela critica as sexualidades normativas e defende uma teologia mais inclusiva e afirmativa que reconheça a diversidade das experiências sexuais. O conceito de geografia sexual desafia as normas tradicionais e incentiva uma compreensão mais fluida e receptiva das identidades e expressões sexuais. Em palavras de Althaus-Reid: "the sexual geography of the ritual (...) may be considered at the base of heterosexual relationships and marriage" (Althaus-Reid, 2003, p. 11).⁷

A territorialização de Frantz Fanon

Frantz Fanon foi um psiquiatra, filósofo e pensador revolucionário que explorou as consequências psicológicas e sociopolíticas do colonialismo e do racismo. Foi conhecido por seu influente trabalho sobre o impacto psicológico e existencial da colonização nos indivíduos e nas sociedades e tem um importante trabalho sobre a noção de territorialização. Ainda que não tenha se concentrado explicitamente no conceito de "território" no sentido geográfico, suas ideias podem ser relacionadas às noções mais amplas de espaço, lugar e ao impacto do colonialismo nas experiências vividas pelas pessoas.

Há pelo menos quatro pontos de conexão entre as ideias de Frantz Fanon e o conceito de território: o primeiro é relativo ao espaço colonial e a alienação, pois o seu trabalho, especialmente em livros como "Pele Negra, Máscaras Brancas" (Fanon, 2020, p. 16) e "Os Condenados da Terra" (Fanon, 1963, p. 35), explora as consequências psicológicas e existenciais do colonialismo sobre os indivíduos colonizados. O contexto colonial perturba e distorce a relação entre os indivíduos e os seus espaços nativos, levando a um sentimento de alienação e deslocamento. O segundo é relacionado ao impacto psicológico do colonialismo, pois Fanon discute como o sistema colonial impõe uma identidade distorcida aos colonizados, criando um conflito psicológico dentro dos indivíduos. Este conflito pode estender-se a sua relação com a terra e o território. Os colonizados podem experimentar uma ligação fraturada a sua terra natal como resultado do impacto psicológico da dominação colonial.

⁷ Tradução livre: "a geografia sexual do ritual (...) pode ser considerada a base das relações heterossexuais e do casamento"



O terceiro diz respeito a descolonização e recuperação de espaço, pois Fanon defende tal necessidade não apenas como um processo político, mas também como um meio de recuperar um sentido de identidade e de lugar. A luta pela descolonização envolve uma recuperação de territórios físicos e metafóricos, à medida que as pessoas procuram estabelecer a sua autonomia e soberania. Por último, o quarto é relativo à libertação nacional e à soberania territorial, pois em “Os Condenados da Terra”, o autor discute o papel da violência no processo de libertação nacional. A luta pela independência envolve frequentemente a recuperação do controle do território por parte das potências coloniais. Fanon vê a libertação da nação como inseparável da reivindicação da soberania territorial.

Embora o trabalho de Fanon não utilize explicitamente o termo “território” no sentido geopolítico, a sua exploração das dimensões psicológicas e existenciais do colonialismo é relevante para compreender como a experiência colonial impacta as relações dos indivíduos com os espaços que habitam. A luta pela descolonização, na opinião de Fanon, abrange uma busca mais ampla pela recuperação da autonomia, da identidade e do controle sobre o ambiente vivido.

Para efeitos deste artigo, serão apresentadas três categorias propostas por Fanon: "território como dignidade", "condenados da terra" e "corpo colonial". Todas elas, como o trabalho inteiro do teórico, são relativas à sua exploração sobre como as dimensões psicológicas e existenciais do colonialismo são relevantes para compreender como a experiência colonial impacta as relações dos indivíduos com os espaços que habitam. A luta pela descolonização, na opinião desse psiquiatra, abrange uma busca mais ampla pela recuperação da autonomia, da identidade e do controle sobre o ambiente vivido.

Quanto ao território como dignidade, esse autor sublinha a importância do território e do espaço na luta pela dignidade e pela libertação (De Oto, 2018, p. 75). No contexto dos movimentos anticoloniais, a recuperação de território está frequentemente interligada com a procura da dignidade. A luta pela autodeterminação e soberania envolve a recuperação do controle sobre a terra e os recursos de cada um, afirmando assim a dignidade de um povo que foi colonizado.

Sobre os condenados da terra, no seu livro homônimo, explora as dimensões psicológicas e políticas do colonialismo e da descolonização (Fanon, 1963, p. 38). O termo “condenados” refere-se aos povos oprimidos e colonizados que, segundo esse



autor, experimentam um profundo sentimento de alienação e desumanização sob o domínio colonial. O livro analisa a dinâmica da violência, da resistência e o impacto psicológico do colonialismo tanto nos colonizadores como nos colonizados. O psiquiatra defende a participação ativa dos colonizados na sua libertação, afirmando que a verdadeira emancipação requer uma transformação radical tanto dos indivíduos como das sociedades.

Finalmente, com o conceito de corpo colonial desse autor (2020, p. 17) refere-se ao impacto do colonialismo no bem-estar físico e psicológico dos indivíduos nas sociedades colonizadas. Ele discute como o colonialismo contribui para a criação de um sentimento de identidade dividido e conflitante dentro do indivíduo colonizado. A imposição do domínio colonial resulta frequentemente na internalização das ideologias coloniais e na alienação dos colonizados das suas próprias raízes culturais e históricas. O corpo colonial representa a manifestação física e psicológica dos efeitos da dominação colonial, incluindo a internalização da inferioridade e a luta por uma identidade descolonizada.

Na obra do psiquiatra, esses conceitos estão interligados, enfatizando a relação integral entre a autonomia territorial, a dignidade humana e o impacto psicológico da opressão colonial. As suas ideias tiveram uma influência significativa nos estudos pós-coloniais e nos movimentos de libertação em todo o mundo.

Para prover de maior detalhe essa discussão sobre territorialização convém discutir três autores relevantes: Robert Sack, Claude Raffestin e Rogério Haesbaert. O primeiro (Sack, 1983, p. 70) desenvolveu o conceito como um aspecto fundamental do comportamento humano e da organização espacial. Assim, seu trabalho enfatiza as dimensões sociais e psicológicas do comportamento territorial. Ele argumenta que os humanos têm uma tendência inata para estabelecer e defender territórios, e o comportamento territorial está profundamente enraizado nas estruturas sociais e nas relações de poder.

Já o segundo (Raffestin, 1993, p. 5) ressalta o componente político da territorialização, defendendo significativamente a compreensão das relações de poder no espaço. Enfatiza o papel do poder e do controle na formação dos territórios e examina como a territorialização está ligada às estruturas políticas, econômicas e sociais, e como estas estruturas são mantidas através do controle do espaço.



Por fim, o terceiro (Haesbaert, 2020, p. 270) usa perspectivas latino-americanas para enfatizar os aspectos dinâmicos e relacionais da territorialização, reconhecendo que os territórios não são fixos, mas estão constantemente a ser modelados e remodelados através de práticas sociais e lutas pelo poder. O seu trabalho também aborda questões de identidade, globalização e os impactos da territorialização nas comunidades marginalizadas.

Como pode ser visto, a reflexão sobre esses três autores provê um marco essencial para localizar o conceito de territorialização dentro dessa área do conhecimento (a teologia) que poucas vezes tem se deparado com ele. Nesse sentido, tanto Sack, quanto Raffestin e Haesbaert contribuem ao debate, mostrando que o território tem uma dimensão comportamental, política e relativa à identidade, assuntos todos muito trabalhados pela teologia da libertação.

Um diálogo entre a teologia da libertação de Marcella Althaus-Reid e a territorialização de Frantz Fanon

Embora a terminologia usada por Marcella Althaus-Reid ("corpo santo", "geografia da santidade" e "geografia sexual") e Frantz Fanon ("território como dignidade", "Condenados da Terra" e "corpo colonial") possa não se espelhar diretamente, existem conexões temáticas e potenciais pontos de diálogo entre esses conceitos. As intersecções emergem quando se consideram as questões mais amplas da identidade, da libertação e do impacto do colonialismo nos indivíduos e nas sociedades. Aqui estão algumas maneiras pelas quais essas categorias podem dialogar, no intuito de, no final desse artigo, propor caminhos para refletir sobre uma teologia indecente/queer da libertação territorializada.

A primeira maneira tem a ver com a relação entre corporeidade e identidade. O foco de Althaus-Reid no "corpo sagrado" e a exploração de Fanon do "corpo colonial" centram-se ambos no corpo como um local de construção e contestação de identidade. As experiências de colonização e a imposição de ideologias normativas afetam a forma como os indivíduos percebem e habitam os seus corpos. O diálogo poderia envolver uma discussão matizada sobre as intersecções entre espiritualidade, sexualidade e experiências coloniais, considerando como são negociados tanto os aspectos sagrados como os aspectos oprimidos do corpo.



A segunda maneira é relativa às dimensões espaciais. Os conceitos de “geografia da santidade” e “geografia sexual” de Althaus-Reid estendem a discussão às dimensões espaciais e sociais da identidade e da espiritualidade. A ideia de Fanon de “território como dignidade” alinha-se com a luta pela autonomia e dignidade espacial. O diálogo poderia explorar como a reivindicação do território e do espaço está interligada com a afirmação de diversas identidades sexuais e espirituais, desafiando as normas impostas e reivindicando um sentido de dignidade tanto nos espaços físicos como metafóricos.

A terceira maneira é a respeito da libertação e da resistência. "Condenados da Terra", de Fanon, enfatiza a atuação dos colonizados em sua luta pela libertação. Os conceitos de Althaus-Reid, particularmente no contexto da teologia queer, também se relacionam com vozes marginalizadas e com resistência a estruturas normativas. O diálogo poderia envolver discussões sobre os pontos comuns nas experiências de opressão, resistência e a busca de uma existência libertada e autêntica, seja a nível individual ou coletivo.

Finalmente, a quarta poderia se relacionar com as intersecções da opressão. Ambos os conjuntos de categorias abordam as intersecções da opressão, quer relacionadas com a raça, o gênero, a sexualidade ou o colonialismo. O diálogo poderia explorar a forma como estas várias formas de opressão se cruzam e se combinam, moldando as experiências e lutas dos indivíduos pela justiça e pela libertação.

Em essência, o diálogo entre os conceitos de Althaus-Reid e as ideias de Fanon podem fornecer um quadro rico para a compreensão da complexidade da identidade, espiritualidade e resistência no contexto das histórias coloniais e das lutas pela autonomia e dignidade. A natureza interseccional destas discussões destaca a interligação de vários aspectos da experiência humana e da libertação e, sobretudo, contribui à formulação de uma teologia indecente/queer da libertação territorializada, como será visto na próxima seção desse artigo.

Uma teologia indecente/queer da libertação territorializada

Com base nessa revisão da teologia da libertação, dos seus inícios até os desenvolvimentos de Marcella Althaus-Reid, e no diálogo estabelecido entre ela e as categorias de Frantz Fanon, desenha-se um caminho de possibilidades para que uma



teologia indecente/queer da libertação territorializada possa emergir. A seguir, apresentarei uma caracterização desse caminho.

Trata-se de uma teologia que se refere ao desenvolvimento de perspectivas e práticas teológicas que estão enraizadas num contexto geográfico, cultural ou social específico. Envolve considerar as circunstâncias, os desafios e as aspirações únicas de um determinado território ou comunidade ao envolver-se na reflexão teológica e na formação de práticas religiosas.

Uma teologia indecente/queer da libertação territorializada leva em conta os fatores históricos, culturais e sociais específicos que moldam a paisagem religiosa de uma determinada região. Reconhece que as experiências, crenças e práticas religiosas são influenciadas pelo contexto em que emergem e procura compreender e abordar as implicações teológicas desse contexto.

Esta abordagem também reconhece que diferentes territórios e comunidades têm tradições religiosas, rituais, símbolos e formas de compreender o divino distintos. Além disso, valoriza o conhecimento, as tradições e a sabedoria locais incorporados num território específico e procura incorporá-los no discurso teológico.

O foco desta teologia está nas experiências e lutas de comunidades marginalizadas e oprimidas dentro de um determinado território. Reconhece-se, aqui, o papel da dinâmica de poder, da injustiça social e das desigualdades estruturais na formação de crenças e práticas religiosas. Esta perspectiva procura abordar e desafiar estas questões através da reflexão e ação teológica, com o objetivo de promover a libertação, a justiça e a igualdade no território.

Naturalmente, uma teologia deste tipo também considera o corpo como um território e depois defende o respeito dos diversos corpos, incluindo especialmente os corpos dissidentes de pessoas LGBTQIA+, gordas, deficientes. Além disso, contempla os territórios onde as pessoas vivem como fundamentais para o seu desenvolvimento e a sua relação com “o sagrado”. Nesse sentido, uma teologia territorializada apoia tanto os movimentos LGBTQIA+ quanto os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

Em resumo, uma proposta indecente/queer da libertação territorializada é uma abordagem teórico-metodológica que procura fundamentar a reflexão, as crenças e as práticas teológicas no contexto específico de um território ou comunidade (incluindo órgãos dissidentes, territórios que geralmente não são reconhecidos). Ela valoriza o



conhecimento, as tradições e as experiências locais, ao mesmo tempo que aborda os desafios e aspirações das pessoas desse território, especialmente aquelas que são marginalizadas ou oprimidas.

Dessa forma, essa teologia a partir das reflexões da teóloga da libertação Marcella Althaus-Reid e o sociólogo Frantz Fanon, pode contribuir efetivamente à construção de discursos que desafiem estruturas coloniais opressivas em cerimônias e rituais, não apenas para envolver na discussão teológica questões relacionadas à justiça social, o respeito pela vulnerabilidade humana e a dimensão contextual dos escritos sagrados, especialmente do evangelho, mas incluindo o enfoque territorial (corporal e do território) na discussão.

Finalmente, a aproximação entre Althaus-Reid e Fanon, feita partindo de um contexto atual, parece convidar as teologias da libertação contemporâneas e os estudos em religião a uma defesa ou valorização de uma espiritualidade territorializada; isto é, compreendida a partir da consciência do corpo e da terra. Essa mudança de paradigma pode possibilitar a denúncia de rituais ou cerimônias abusivas ou não territorializadas - ou seja, qualquer liturgia que negligencie, envergonhe, diminua ou mate corpos ou terras apenas para construir riqueza (capitalismo) ou influência (poder, colonialidade).

Dessa forma, essa teologia/esse estudo em religião pode contribuir para a construção de um horizonte coletivo que desestabilize estruturas coloniais e defenda um território político em que a religião não seja usada para escravizar, envergonhar ou negar a existência dos “Outros”, especialmente de corpos femininos, não brancos, pobres, gordos ou LGBTQIA+.

Considerações finais

Essas ideias inconclusivas, contraditórias, dinâmicas e em andamento são um convite para engajar-se em uma educação e espiritualidade territorializadas; isto é, conscientes de nossos corpos e terras. Um convite para denunciar qualquer ritual ou cerimônia abusiva ou não territorializada; qualquer liturgia que negligencie, envergonhe, mate ou diminua nossos corpos ou terras apenas para construir riqueza (capitalismo) ou influência (poder, colonialidade). Um convite para defender um território político em que a religião não seja usada para escravizar, envergonhar ou



negar a existência do “Outro”, geralmente corpos femininos, gordos, não brancos, pobres ou LGBTQIA+.

Defender um território político onde a religião não seja usada para oprimir ou marginalizar indivíduos com base no seu gênero, tamanho corporal, raça, estatuto socioeconômico ou identidade LGBTQIA+ envolveria vários princípios e ações fundamentais. Dentre eles, destaco seis: primeiro, análise interseccional, para reconhecer a natureza interligada de vários sistemas de opressão e compreender como eles se cruzam para criar experiências únicas de marginalização. Envolveria reconhecer e abordar as formas como as instituições e práticas religiosas podem reforçar simultaneamente múltiplas formas de discriminação.

Segundo, uma teologia inclusiva que promova uma teologia que abrace a diversidade e desafie crenças e práticas discriminatórias em contextos religiosos. Isto envolveria a reavaliação de textos, interpretações e doutrinas religiosas para garantir que não perpetuem danos ou excluam indivíduos marginalizados. Envolveria também a amplificação das vozes e experiências de grupos marginalizados na formação de narrativas religiosas.

Em terceiro lugar, o envolvimento crítico dos estudos em religião para incentivar a análise crítica e o diálogo dentro das comunidades religiosas para questionar e desafiar normas opressivas e estruturas de poder. Isto envolve a promoção de espaços para discussão aberta, educação e exploração de perspectivas alternativas que promovam a justiça, a igualdade e o respeito por todos os indivíduos. Em quarto, empoderamento e libertação, para a defesa do empoderamento e libertação de grupos marginalizados em contextos religiosos. Isto envolveria o apoio a iniciativas que promovam a igualdade de acesso a posições de liderança religiosa, recursos e oportunidades para indivíduos marginalizados. Envolveria também desafiar práticas prejudiciais, como terapias de conversão, políticas matrimoniais discriminatórias ou restrições baseadas no gênero nas instituições religiosas.

Ainda, em quinto, solidariedade para incentivar alianças entre diferentes grupos marginalizados e comunidades religiosas. Isto envolve reconhecer lutas partilhadas e trabalhar em conjunto para dismantelar sistemas opressivos. Implica também apoiar e amplificar as vozes dos indivíduos dentro das comunidades religiosas que defendem a justiça social e desafiam as práticas discriminatórias. Por fim, mudanças legislativas e



políticas, para defender reformas jurídicas e políticas que protejam os direitos e a dignidade dos indivíduos marginalizados em contextos religiosos. Isto pode envolver o apoio a legislação que proíba a discriminação com base no gênero, orientação sexual, raça ou outras características em espaços e práticas religiosas.

Dessa forma, ao defender um território político que defenda estes princípios, abre-se a possibilidade de um ambiente onde a religião não seja usada como ferramenta de escravização, vergonha ou negação da existência de corpos marginalizados. Isto requer um esforço abrangente e colaborativo para desafiar as práticas religiosas opressivas, promover uma teologia inclusiva e promover espaços de capacitação, libertação e respeito para todas as pessoas.

Referências Bibliográficas

ALTHAUS-REID, M. **The Queer God**. London: Routledge, 2003.

ALVES, R. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999.

CARDOSO, N. **Palavras... se feitas de carne: leitura feminista e crítica dos fundamentalismos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2003.

CÓRDOVA QUERO, H. Hacia un breve glosario queer: algunas nociones acerca del género, la sexualidad y la teoría queer. Análisis. **Revista Colombiana de Humanidades**, Bogotá, v. 52, n. 96, p. 95-111, 2020.

DE OTO, A. A propósito de Frantz Fanon. Cuerpos coloniales y representación. **Pléyade**, Santiago de Chile, v. n, 21, p. 73-91, 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, F. **Los condenados de la tierra**. México: FCE, 1963.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio**. São Paulo: Vozes, 2000.

GUTIERREZ MERINO, G. **Teología de la liberación: perspectivas**. Madrid: Sígueme, 1971.

HAESBAERT, R. Del cuerpo-territorio al territorio-cuerpo (De la tierra): contribuciones Decoloniales. **Revista Cultura y Representaciones Sociales**, México, v. 15, n. 29, p. 267-301, 2020.

ISHERWOOD, L. Queerificando a Cristo: Manifestando la gloriosa pasión y promiscuidad amorosa de la encarnación. **Conexión Queer: Revista Latinoamericana y Caribeña de Teologías Queer**, México, v. 4, p. 95-115, 2021.



MUSSKOPF, A. **À meia luz: a emergência de uma teologia gay Seus dilemas e possibilidades**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

MUSSKOPF, A. **Talar rosa**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2004.

MUSSKOPF, A. E ninguém foi pó e cinza – A redenção de Sodoma e Gomorra. **Revista Senso**, online, 2021. Disponível em: <<https://revistasenso.com.br/coluna/e-ninguem-foi-po-e-cinza-a-redencao-de-sodoma-e-gomorra/>>. Acesso em 16 de abril de 2024.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. São Paulo: USP, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Brasília: Ática, 1993.

ROJAS SALAZAR, M. La pertinencia de la teología ecofeminista y su incidencia política ante el feminicidio y el ecocidio actual. **Revista Iberoamericana de Teología**, México, v. XVI, n. 30, p. 37-70, 2020.

SACK, R. Human Territoriality: A Theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.